

## PODER

# Senado analisa, hoje, “taxa das blusinhas”

Presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco diz que Casa apreciará a proposta que retoma a tributação de compras internacionais de até US\$ 50, aprovada pela Câmara

» ALINE BRITO

O plenário do Senado deve apreciar, hoje, o Projeto de Lei (PL) 914/2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e carrega um “jabuti” — emenda sem relação com o objetivo da proposta — para taxar compras internacionais de até US\$ 50.

Os senadores votarão um requerimento de urgência para que o texto seja analisado pelo conjunto dos parlamentares, sem necessidade de passar por comissão.

Caso a urgência seja aprovada, o PL pode ser votado ainda hoje, da forma como passou pela Câmara. A informação foi confirmada pelo presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

“Haverá um debate no plenário do Senado, nós sabemos a urgência desse projeto, especialmente em face da caducidade da medida provisória que versava sobre o mesmo tema. Então, pautamos para amanhã (hoje) no plenário do Senado. Há um requerimento de urgência que nós vamos votar e, no segundo momento, os senadores vão poder debater amplamente esse tema”, ressaltou Pacheco.

A medida provisória citada pelo parlamentar é a 1.205/2023, que instituiu o Mover, um programa de incentivo financeiro para incentivar a produção de veículos menos poluentes e estimular a economia de baixo carbono. Os incentivos previstos são de R\$ 19,3 bilhões em cinco anos.

O texto do PL 914/2024 é o mesmo da MP, editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas a inclusão do jabuti tem causado controvérsia na tramitação da proposta. Por ser impopular, a taxação das “blusinhas”, como tem sido chamado o texto, foi inserida no Mover — que faz parte da pauta verde, de interesse do governo —, na tentativa de ter uma aprovação mais fácil nas Casas Legislativas.

Na Câmara, apesar do apelo popular contrário à alíquota de 20% nas compras on-line internacionais, o projeto foi aprovado por votação simbólica, em menos de 15 segundos. No Senado, existe a expectativa de que essa taxação seja suprimida do texto, mas há uma resistência, já que qualquer alteração faria a

Pedro França/Agência Senado



Pacheco: “Há um requerimento de urgência e, no segundo momento, os senadores vão poder debater esse tema”

## Saiba mais

### Outros “jabutis”

» O ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, disse que discutirá com o Senado os jabutis incluídos de última hora pela Câmara no texto do projeto que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), “sem a anuência do governo”, como o que cria uma política de conteúdo local para o setor de petróleo. Nesse caso, o Planalto analisará a

possibilidade de supressão desses itens na votação dos senadores ou, caso sejam aprovados, sinalizará que não há compromisso de sanção presidencial.

» “Vamos tratar também de emendas que foram feitas na Câmara sem anuência do governo e como trabalhar (para retirar) isso. Pode ser emenda de redação (para suprimir do texto) ou, eventualmente, sinalizarmos que não tem compromisso de

sanção, para que a gente possa finalizar a votação no Senado do Mover, que é um projeto muito importante para a indústria automobilística”, declarou Padilha.

» Segundo ele, o Planalto também espera que seja aprovada pelos senadores a proposta que cria uma Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), de interesse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

matéria retornar para avaliação dos deputados e aumentaria a lacuna entre o vencimento da MP e a aprovação do Mover.

“Qualquer alteração que se dê ao texto, inclusive a título de supressão, naturalmente, retornará à Câmara. Emenda de redação não altera o mérito, mas obviamente que é uma decisão que o Senado vai tomar. Primeiro o relator, depois na análise dos senadores, para poder decidir, e vai prevalecer a soberania do plenário por sua maioria”, acrescentou Pacheco.

Em agosto de 2023, no âmbito do programa Remessa Conforme, o governo federal isentou essas compras do Imposto de Importação, de 60%. Atualmente, no caso das empresas que aderiram ao programa, como Amazon, Shein e Shopee, os compradores pagam apenas 17% de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Caso aprovado o PL, os produtos adquiridos nessas plataformas passariam a pagar a taxa alfandegária.

O relator do projeto, Rodrigo

Cunha (Podemos-AL), disse ao **Correio** que está em “contato com a equipe econômica do governo e com líderes do Senado, a fim de debater o projeto”.

A alíquota de 20% foi definida após acordo entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Lula. Após reunião entre os líderes do governo no Congresso e o Planalto, ontem, o ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, ressaltou que a posição do Executivo é manter o texto aprovado pela Câmara.

## Criação do Cartão Prato Cheio que beneficia 400 mil pessoas todo mês.

Foi este GDF que fez. E está fazendo muito mais.



Josiane Gonçalves  
Beneficiada com o  
Cartão Prato Cheio



## Relator apresenta texto da autonomia do BC

O relator da Proposta de Emenda à Constituição que dá autonomia financeira e administrativa ao Banco Central (PEC 65), senador Plínio Valério (PSDB-MA), apresentará seu texto ao Congresso hoje.

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) iniciou, ontem, uma campanha contra a proposta. “Estamos fazendo outras coisas além da campanha no rádio, e a ideia é de que a PEC seja retirada de pauta”, disse o presidente da entidade, Fabio Fayad.

A PEC 65 é uma bandeira do presidente do BC, Roberto Campos Neto, que já conseguiu a autonomia operacional da autarquia e gostaria de ver a independência completa até o fim do seu mandato, em dezembro.

Em abril, o relator ameaçou concluir seu texto até o fim de maio, mesmo sem a manifestação do governo, que tem reservas ao avanço da proposta.

O Planalto não é contrário à ideia de que o BC tenha mais autonomia, mas quer que o tema seja debatido por mais tempo e depois que outras pautas, consideradas mais urgentes, tenham avançado no Congresso.

Além de Campos Neto, toda a diretoria do BC já se manifestou a favor da ampliação da independência do órgão. Entre os funcionários, apesar da resistência inicial generalizada, parte dos servidores começa a aceitar a possibilidade de

mudanças. A maior resistência vem dos aposentados do BC.

Após a apresentação do parecer de Valério, hoje, a expectativa é de que o texto seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ainda esta semana.

### Sindicatos

Os sindicatos de servidores do BC têm apresentado posições divergentes sobre a PEC. A Associação Nacional dos Analistas do Banco Central (ANBCB) entende que a autonomia orçamentária é um passo necessário para a “evolução da instituição e para que exerça sua missão perante a sociedade e o país”.

“Nesse sentido, os servidores são favoráveis à PEC 65, com ajustes que busquem preservar as prerrogativas necessárias à execução das nossas atividades e uma transição adequada entre os regimes”, frisou a presidente da ANBCB, Natacha Gadelha.

Já Fayad, do Sinal, ressaltou que não vai propor mudanças no projeto porque ele é inconstitucional. “Não tem o que falar em aceitar. Houve uma imposição do texto. O Roberto Campos apresentou o texto sem conversar com a categoria antes. Fomos pegos de surpresa e, desde então, não aceitamos mudar o texto e disse que é aquilo ali e só”, destacou. “Então, se é assim, a gente não tem nem o que falar em negociação, porque não nos foi dada essa oportunidade.”

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Cármem Lúcia comandará as eleições da inteligência artificial

A ministra Cármem Lúcia, do STF, assumiu a presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) com o desafio de comandar eleições municipais que serão um laboratório para o uso político da inteligência artificial (IA) pelos candidatos. A ministra já comandou a Corte, nas eleições municipais de 2012, mas nem de longe as situações são semelhantes: àquela época, não havia a polarização política que existe hoje, embora já houvesse uma insatisfação difusa na sociedade, nem as redes sociais e as fake news tinham o peso que têm hoje na formação de opinião dos eleitores.

Cármem Lúcia substituiu Alexandre de Moraes, que deixa a função. A saída do ministro, que teve um papel proeminente na garantia das urnas eletrônicas e ainda tem no inquérito das fake news e da tentativa de golpe de Estado de

8 de janeiro, no STF. De certa forma, a posse de Cármem Lúcia tira o TSE do epicentro da radicalização política e cria um ambiente de “conciliação”, dentro das regras do jogo, ou seja, com respeito ao código eleitoral e à urna eletrônica. O perfil suave da ministra não significa que ela não tenha condições de conduzir com firmeza o processo eleitoral. Muito pelo contrário, Cármem Lúcia é conhecida por atitudes claras e afirmativas.

Nas campanhas eleitorais, os juizes eleitorais são os que têm o papel de agir de imediato, em caso de transgressão das regras eleitorais, sempre que provocados pelos candidatos e seus partidos. Entretanto, essas ações são reativas e nem sempre são capazes de neutralizar o impacto do crime eleitoral na eleição, o que permite que candidatos ganhem o pleito, utilizando

recursos que alteram a paridade de armas na campanha, e tomem posse. A cassação dos mandatos, depois, embora justa, sempre é um trauma político irreparável.

Em outubro, serão eleitos ou reeleitos prefeitos e vereadores nos mais de 5,5 mil municípios do país. Um dos maiores desafios do pleito deste ano será o combate à desinformação e ao uso da inteligência artificial para produzir e espalhar fake news, ou seja, conteúdos manipulados e mentirosos, com o propósito de prejudicar candidatos adversários. Em campanhas eleitorais, marqueteiros utilizam as técnicas e os recursos digitais disponíveis no mercado; a Justiça Eleitoral não está preparada para lidar com essa situação com capacidade de pronta resposta.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do STF, Luís

## UMA DAS MAIORES DIFICULDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL NOS PLEITOS É JULGAR EM TEMPO HÁBIL OS CASOS

Roberto Barroso, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), compareceram à posse de Cármem Lúcia, ontem à noite. Na mesma ocasião, o ministro Nunes Marques foi empossado vice-presidente da Casa. A eleição de ambos para os cargos ocorreu em 7 de maio, durante sessão plenária do TSE, dentro do rito normal de sucessão no comando das Cortes, cuja praxe é seguir a ordem de antiguidade.

Natural de Montes Claros (MG), a nova presidente do TSE se formou em direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG) e fez mestrado em direito constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Cármem Lúcia foi professora titular de direito constitucional da PUC-MG, advogada militante e

procuradora do estado. Integra o Supremo Tribunal Federal (STF) há 18 anos. Além de já ter presidido o tribunal, foi diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TSE). Em 2020, retornou à Corte Eleitoral como ministra substituta. Em 2022, foi empossada integrante efetiva do colegiado e, no início de 2023, assumiu a vice-presidência do TSE, atuando ao lado de Alexandre de Moraes.

### Nunes Marques

O ministro Kassio Nunes Marques é natural de Teresina (PI), bacharel em direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestre em direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, em Portugal, bem como doutor e pós-doutor pela Universidade de Salamanca, na Espanha. Atuou

como advogado e foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral piauiense entre 2008 e 2011. Também foi desembargador e vice-presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Nunes Marques é ministro do STF desde 2020. Foi eleito para o TSE em 2021, quando assumiu a cadeira de ministro substituto. Em 2023, passou a ser integrante efetivo.

O TSE tem suas competências, atribuições e composição definidas na Constituição Federal de 1988. De sete ministros titulares, três são provenientes do STF, dois vêm do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois são juristas advindos da advocacia. O STF e o STJ escolhem os que vão compor a Corte Eleitoral. Já os dois juizes oriundos da classe dos juristas são nomeados pelo presidente da República a partir de duas listas tríplices elaboradas pelo Supremo, contendo os nomes de seis advogados de notável saber jurídico e com idoneidade moral.